

ROSÉLIA PIQUET

Por *Angela Moulin S. Penalva Santos*,* *Marta Skinner*,**
*Rosângela Lunardelli Cavallazzi**** e *Marcela Arueira*****



Foto: Marcela Arueira

Rosélia Piquet é a personalidade homenageada desta edição da *Revista Rio de Janeiro*. Nascida em Santo Antônio de Pádua, RJ, filha de um funcionário do Instituto Brasileiro do Café e de uma professora de escola pública, Rosélia sempre estudou em escola pública. Com a transferência da família para Niterói, onde passou a estudar, ingressou, aos 18 anos, na Faculdade de Economia da UFRJ, pela qual se tornou professora por mais de três décadas. Fez mestrado no Programa de Planejamento Urbano e Regional da Coordenação dos Programas de Pós-graduação em Engenharia (Coppe) da UFRJ. Prestou concurso para Livre-Docente no Departamento de Economia da mesma universidade. Participou ativamente

e, sob sua coordenação, foi criado o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), hoje considerado um centro de excelência na área. Na década de 1990, fez concurso para Professora Titular deste Instituto, por onde se aposentou. Desde 2001, fundou e coordena o Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Candido Mendes, em Campos dos Goytacazes. O tema principal de suas pesquisas é a relação entre industrialização e território. Inicialmente, analisa cidades que se originaram de projetos de grandes empresas e, dessas pesquisas, resultou o livro intitulado *Cidade-Empresa: Presença na Paisagem Urbana Brasileira*. A seguir, dedicou-se a estudar as mudanças no emprego industrial metropolitano, decorrentes do processo de reestruturação econômica do País, o que lhe permitiu publicar numerosos artigos sobre o tema e organizar o livro *Rio de Janeiro – Perfis de uma Metrópole em Mutação*. Desde 2000 vem desenvolvendo estudos sobre os impactos das atividades da indústria petrolífera no Norte Fluminense, assunto da coletânea *Petróleo, Royalties e Região*, publicada em 2003.

* Professora da UERJ. Editora deste número da *Revista Rio de Janeiro*. E-mail: angelapenalva@terra.com.br.

** Professora Aposentada da UERJ e Professora do IBMEC. E-mail: mskinner@terra.com.br.

*** Professora Aposentada da UFRJ, da PUC e do IBMEC. E-mail: cavallazzi@uol.com.br.

**** Mestranda em Direito da Cidade pela UERJ. E-mail: cela.arueira@gmail.com.



RRJ – Iniciaremos esta entrevista lhe perguntando: qual é a sua lembrança do “interior fluminense”?

RP – Minha recordação é muito agradável. Nasci em Santo Antônio de Pádua, no Norte Fluminense. Minha mãe era professora do estado e meu pai funcionário da usina de beneficiamento de café do Instituto Brasileiro do Café. Na época em que nasci ele já era gerente da Usina e tínhamos uma casa agradável e grande, na parte “rica” da cidade (que é cortada pelo rio Pomba), onde se localizava também a prefeitura, o fórum, a igreja principal e o Grupo Escolar Barão de Tefé, onde minha mãe lecionava. Minha mãe era uma mulher questionadora, à frente de seu tempo e resolveu fundar um grupo escolar do lado pobre da cidade porque percebia que as crianças desse lado da cidade eram mal atendidas e se sentiam inferiorizadas perante as crianças do lado melhor da cidade. Nesse projeto, levou com ela jovens professoras que se motivaram a sonhar! Foi no Grupo Escolar Eusébio de Queiroz que fiz todo meu curso primário e onde aprendi a tratar com respeito, carinho e igualdade a todos, sem preconceitos de cor ou nível social. Observem que enquanto o grupo escolar já existente tem nome de “barão”, o novo homenageia um abolicionista negro!

RRJ – Sua mãe foi, então, um forte exemplo para formar essa sua personalidade empreendedora. Conte-nos sobre sua trajetória como estudante.

RP – Meus dois irmãos mais velhos vieram estudar no Rio e, para isso tiveram que residir

em casas de nossos parentes. O mais velho cursou a Escola Militar das Agulhas Negras e se formou oficial do Exército. O outro veio cursar Medicina na Universidade Federal Fluminense. A saudade dos filhos motivou a família a mudar-se para Niterói, onde passamos a residir e onde cursei o ginásio e o científico, no Colégio Estadual do Liceu Nilo Peçanha. Fiz vestibular para a Faculdade Nacional de Filosofia, para o Curso de Ciências Sociais, da antiga Universidade do Brasil, hoje UFRJ. Só dois anos depois ingressei, também por vestibular, no curso de Economia. Mas não abandonei a FNF – normalmente não conto isso, mas me formei também em Ciências Sociais.

RRJ – Quais mestres citaria como referências para sua formação?

RP – Minha formação acadêmica na UFRJ foi desde cedo marcada pela presença de professores de renome: Evaristo de Moraes Filho, Vitor Nunes Leal, Djacir Menezes, Josué de Castro, Darcy Ribeiro, Marina Vasconcellos, Manoel Maurício de Albuquerque. As diferenças ideológicas entre esses professores permitiam que seus alunos tivessem desde logo acesso a autores clássicos do pensamento social, de diferentes matrizes teóricas, tais como: Ricardo, Marx, Keynes, Schumpeter, Hansen. Outra influência marcante em minha formação foi a do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb). Foi lá que tive oportunidade de realizar cursos de curta duração com Celso Furtado, Hélio Jaguaribe, Roland Corbisieu, intelectuais que marcaram o pensamento brasileiro do período.



RRJ – Que temas eram mais discutidos, que mais lhe mobilizavam?

RP – Sem dúvida, era a questão do desenvolvimento econômico. Felizmente, a esterilidade bem comportada de certos manuais de micro e macroeconomia não estavam ainda em moda em nossas escolas e pude interessar-me pelos mesmos problemas que preocupam sucessivas gerações de economistas: como se forma e se acumula capital, como se distribui a renda, como se desenvolve o sistema econômico capitalista... Essas são questões ainda hoje centrais no debate econômico e, muito mais complexas do que a compreensão sobre uma “curva de indiferença” ou dos “efeitos da elasticidade na variação de preços”, por exemplo. Assim, fui iniciada no estudo da Teoria Econômica: na tradição da relevância teórica e abertura ideológica.

RRJ – Como chegou à área de planejamento urbano e regional?

RP – O ambiente universitário dos primeiros anos da década de 1970 é marcado por um clima de desolação, desconfiança e tristeza, notadamente para as áreas de Ciências Sociais. Contrastando com o quadro repressivo nas Ciências Sociais, a área tecnológica passa a contar com crescente apoio financeiro dos principais órgãos de financiamento do país, viabilizando a implantação de novos cursos de mestrado. Na UFRJ, a Coordenação dos Programas de Pós-graduação em Engenharia (Coppe), se firma como centro de excelência e, dentre os seus cursos, o Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, pelo seu

caráter interdisciplinar, torna-se muito procurado. No ano de 1974, no qual me inscrevi, 110 candidatos disputam as 25 vagas ofertadas.

RRJ – Foi desse modo que houve sua identificação com a área de planejamento urbano?

RP – Até então meu campo de interesse de estudo se concentrava nos aspectos macroeconômicos do processo de desenvolvimento, segundo a concepção de espaço abstrato das relações sociais. A passagem pelo Mestrado em Planejamento Regional e Urbano indicou-me a importância das repercussões sobre o espaço territorial, em suas escalas nacional, regional e local, das transformações que se operam no plano socioeconômico. Além do mais, a adoção do planejamento como meio de orientar e modificar as tendências da urbanização e como forma de intermediar os conflitos entre interesses nacionais e regionais, atravessava seu período áureo no país.

RRJ – Quando defendeu sua Dissertação de Mestrado e quem lhe orientou?

RP – Em 1975. E quem me orientou foi um professor norte-americano, David Vetter, o mesmo orientador da Angela Penalva.

RRJ – Na década de 1970 era complicado discutir desenvolvimento por causa da Ditadura Militar?

RP – Iniciei o mestrado no auge da Ditadura, quando foi lançado o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), com a proposta de “Brasil, grande potência no final do século”,



e o país apresentando elevadas taxas de crescimento econômico. Para nós, que vivíamos no meio universitário, havia clareza de que esse crescimento econômico tinha o seu avesso, e o quanto estava significando em termos de repressão política.

RRJ – Dando continuidade à sua carreira acadêmica...

RP – Em 1978 fiz concurso para Livre Docência – um tipo de concurso que só foi mantido pela Universidade de São Paulo. Esse concurso, também outorgava o título de doutor e constava das seguintes provas: prova escrita, com ponto sorteado na hora, de lista de temas previamente divulgados pelo departamento; aula com ponto sorteado 24 horas antes; elaboração de uma tese e defesa, perante uma banca examinadora constituída por professores doutores, sendo obrigatoriamente 3 (três) de universidades externas. Era, portanto, tanto ou mais exigente que as atuais defesas de doutorado.

RRJ – Quem compôs sua Banca Examinadora?

RP – A professora Maria da Conceição Tavares (Departamento de Economia/UFRJ), os professores Francisco Lopes (PUC/Rio), Roberto Macedo (Departamento de Economia/USP), Paulo Haddad (Faculdade de Economia/UFMG) e o professor Oscar Dias Correa (Departamento de Economia/UFRJ), presidente da banca examinadora. O interessante é que todos os membros da banca posteriormente entraram na vida política: três deles se tornaram ministros de diferentes governos, um tornou-se presidente do

Banco Central e a Conceição, mais tarde, se elege deputada federal pelo PT do Rio de Janeiro.

RRJ – O planejamento urbano na década de 1970 aparecia ao lado de uma preocupação em torno do processo de desenvolvimento econômico, com a crescente urbanização. Como se apresenta, hoje, essa visão e qual sua associação com o desenvolvimento?

RP – Naquela ocasião, as discussões se travavam sob a perspectiva nacional. Pensava-se as questões nacionais, as grandes variáveis, o desenvolvimento das regiões. A perspectiva era do país frente à América Latina e ao mundo. Havia uma visão de planejamento centralizado, sem dúvida, com forte papel do Estado. Hoje é diferente, há essa ênfase no local. Todos só querem estudar o local, o bairro. Abandona-se a perspectiva do desenvolvimento nacional e espera-se que a descentralização, os governos locais, municipais, produzam o milagre de resolver os problemas do emprego, os problemas ambientais, os da miséria e tantos outros. Sabe-se, entretanto, que basta uma medida macroeconômica de peso para derrubar qualquer iniciativa local. Com isso não quero também dizer que nada se pode fazer localmente, apenas considero que as teses, dissertações e textos da nossa área estão despolitizados.

RRJ – Qual foi seu papel para a criação do atual IPPUR/UFRJ?

RP – Em 1980, a Coppe propõe a desvinculação de três de seus Programas de Mestrado: Administração, Economia da Tecnologia e



Planejamento Urbano e Regional. Enquanto os dois primeiros são imediatamente incorporados ao Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, o PUR vai sofrer um longo e penoso percurso administrativo até sua vinculação definitiva a este Centro. É neste período que julgo ter desempenhado um papel decisivo neste processo. Até então meu tempo de trabalho na universidade se dividia entre o Departamento de Economia e as aulas no mestrado na Coppe. Assumi a coordenação do mestrado em 1981 contando com apenas 6 (seis) professores, dos quais, 3 (três) haviam sido contratados apenas um ano antes, o que desde logo indica o quanto o grupo era ainda pouco reconhecido no interior da universidade. Para complicar, contávamos com a hostilidade de uma reitoria que não aceitava a orientação acadêmica adotada. A manutenção e a reestruturação do PUR exigiram muita dedicação e energia.

RRJ – Esse desconforto foi importante para que se transferisse da Faculdade Economia da UFRJ e se tornasse fundadora do IPPUR, um instituto considerado posteriormente de excelência?

RP – Foi o esforço, a dedicação do corpo docente e a solidariedade do corpo discente do curso que proporcionaram o reconhecimento do curso junto à Capes, CNPq e Finep. Imaginem que ao assumir a coordenação, o curso contava com conceito “C” na avaliação da Capes. Após os quatro anos de mandato, além do conceito “A”, o processo de credenciamento do curso no Conselho Federal de Educação estava concluído. A vinculação institucional no interior da uni-

versidade encontrava-se ainda indefinida. Portanto, até esse momento ainda éramos apenas um curso de mestrado. A criação do instituto foi outra longa luta que travamos.

RRJ – Seria sua a responsabilidade maior de criação do IPPUR/UFRJ?

RP – As conquistas não são de apenas uma pessoa. Sei que fui uma peça importante. Não sei como meus colegas de então vêm essa participação, pois nunca lhes perguntei!

RRJ – Com sua trajetória, novas frentes foram abertas, pois se tornou Decana do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Nós sabemos que para assumir esse cargo teve de disputá-lo em eleições diretas com outros professores. Para ganhar essa coragem, como foi o ambiente? Houve muita dificuldade?

RP – Em meados da década de 1980, as universidades federais atravessavam um dos seus períodos críticos e, na pauta das Associações Docentes, o item “autonomia universitária” ganha relevância. Para a UFRJ a luta se concentrou na defesa da escolha autônoma dos novos dirigentes. Por sugestão dos colegas do Departamento de Economia candidatei-me ao cargo de decano. Vi-me então envolvida em uma campanha eleitoral que assumiu proporções bem maiores do que eu esperava. Éramos 4 candidatas e as “campanhas” foram acirradas. Felizmente fui eleita pela maioria dos votos das três categorias de eleitores (professores, alunos e funcionários), uma vitória sem contestação, portanto. Assumi o cargo em dezembro de 1985.



RRJ – Quando se dá a transformação do PUR em IPPUR?

RP – Como os Decanos participam do Conselho Universitário passei a ter assento neste conselho e foi possível recolocar a questão da vinculação institucional do PUR. Procurei defender perante este Conselho a proposta de criação de um instituto autônomo vinculado ao Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. A aprovação da proposta foi longa e resultou de muito esforço, não só meu como também de alguns professores do curso. Contávamos apenas com o discreto apoio de professores de outros departamentos e faculdades que se sensibilizaram não só com os nossos argumentos quanto com a nossa “garra”! Depois de muitas sessões, o PUR se transforma, de um simples curso de mestrado, em Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR).

RRJ – Voltemos a sua trajetória. Em que ano se tornou Professora Titular?

RP – Em 1993.

RRJ – Qual foi a composição da banca do concurso para Professora Titular?

RP – Professores Carlos Lessa, que presidiu a banca, Milton Santos (USP), Aldo Paviani (UnB), Celso Lampareli (USP) e José Antônio Ortega (UFRJ).

RRJ – Foi um concurso muito disputado?

RP – Sim, teve um concorrente, colega do IPPUR. Isso, obviamente, me tencionou pois eu teria de ganhar ou dificilmente continuaria na

UFRJ depois do concurso. Mas fiquei em primeiro lugar e por indicação de toda a banca. Fui indicada pelos cinco membros da banca, também, uma vitória inquestionável.

RRJ – Qual foi o tema de sua tese para o concurso de Professora Titular?

RP – As regras do concurso exigiam a apresentação de um memorial sobre a carreira do candidato e realização de uma conferência para a banca e aberta ao público. Apresentei o tema: “Reestruturação do Espaço Regional e Urbano no Brasil: o papel do Estado e dos grandes investimentos”.

RRJ – Gostaria de acrescentar alguma coisa?

RP – Só lembrar que também fui professora do Departamento de Economia na PUC/Rio por dois anos e do curso para a carreira diplomática, do Instituto Rio Branco – do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

RRJ – Depois dessa conquista, torna-se uma professora importante, fundadora de instituições. Tem ainda o mestrado em Campos. Como tudo isso aconteceu?

RP – Ainda nos anos 1980 solicitei financiamento ao CNPq para estudar o Norte Fluminense, região onde se concentravam as usinas produtoras de açúcar e álcool do Estado do Rio. Meu interesse era pesquisar sobre as condições de moradia do trabalhador desse setor industrial. Foi nessa ocasião que travei conhecimento com dois professores da



Universidade Candido Mendes que estavam implantando um núcleo de pesquisa e que muito me ajudaram nos contatos na cidade. Em 2000, havia pedido minha aposentadoria pela UFRJ, e fui contatada por esses professores para montar um mestrado. A proposta passou pelos ajustes necessários e, em 2001, selecionamos a primeira turma do mestrado. Continuo até hoje na Candido Mendes – Campos. Completamos em 2006 cinquenta dissertações defendidas. Esse marco foi comemorado com uma publicação contendo os resumos e as bancas examinadoras dessas dissertações.

RRJ – Como se configura o planejamento urbano atualmente e qual a importância do ensino na área, face à emergência de um novo regionalismo no Norte Fluminense?

RP – O interesse pelo planejamento está retornando e quando se observa nossa área de ensino percebe-se o seguinte: antes eram apenas as grandes universidades federais (no nosso caso apenas as de Pernambuco, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul), que ofereciam cursos de planejamento urbano e regional. Esses cursos foram se tornando cada vez mais voltados para *estudos urbanos*. Só recentemente está ressurgindo o debate sobre o *planejamento* e, nele, o interesse pelo *regional*. São hoje vinte cursos credenciados pela Capes e localizados predominantemente no interior. Por exemplo, agora em junho vou dar a aula inaugural do mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio em Toledo, uma cidade do interior do Paraná, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Ano passado, como membro do Comitê de Avaliação da Capes, fiz

parte da comissão que analisou o pedido de credenciamento de um curso da Universidade Federal do Tocantins, também voltado para a discussão regional e outro na Universidade do Contestado, interior de Santa Catarina. O Norte Fluminense tornou-se uma região muito importante não apenas para o Estado do Rio de Janeiro, mas também para o Brasil – afinal de contas, dos campos petrolíferos da região saem 80% do petróleo nacional e mais de 40% do gás. É também uma região que ganhou destaque no cenário nacional, principalmente pelo grande volume de *royalties* que as prefeituras locais recebem, o que gerou uma demanda de qualificação de pessoal. A Universidade Candido Mendes de Campos teve visão e percebendo esse movimento partiu na frente nessa área. Hoje, o mestrado que coordeno, conta com 10 professores doutores (em tempo integral) que estão desempenhando um importante papel no estudo das questões regionais e, ao mesmo tempo, procurando tornar de domínio público por meio de um boletim disponível na internet, o uso que vem sendo dado aos recursos provenientes do recebimento dos *royalties*, que não são poucos.

RRJ - Quais são os próximos projetos para sua vida profissional?

RP – Publicar em breve o livro que estou finalizando sobre industrialização e território no Brasil, intitulado *Petróleo e Região no Brasil: o Desafio da Abundância*. Escrever sobre região e regionalismo no Norte Fluminense. E ajudar meu marido a escrever a história da família dele, que é uma verdadeira história da integração nacional.



